

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MAICON GOMES DOS SANTOS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA**

**Recurso ordinário em *habeas corpus*. Execução penal. Inadequação do estabelecimento prisional ao regime de cumprimento de pena. Descumprimento do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 641.320/RS. Não ocorrência. Estabelecimento penal similar que atende às garantias inerentes ao regime semiaberto de cumprimento de pena do recorrente. Recolhimento em espaço destinado exclusivamente aos presos do mesmo regime, oferta de trabalho e saídas temporárias. Inexistência de descompasso como os parâmetros fixados no *leading case*. Recurso não provido. Oficiado o Conselho Nacional de Justiça para adotar as providências necessárias à verificação de se o espaço destinado aos presos do regime semiaberto na Penitenciária Industrial de Joinville/SC atende ao que ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 641.320/RS.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário e determinar o envio de ofício ao Conselho Nacional de Justiça para verificar se o Complexo Penitenciário Industrial de Santa

**RHC 146317 / SC**

Catarina atende aos requisitos para o cumprimento do regime semiaberto, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MAICON GOMES DOS SANTOS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por Maicon Gomes dos Santos, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do HC nº 386.564/SC, Relator o Ministro **Ribeiro Dantas**.

Sustenta o recorrente que está submetido a constrangimento ilegal, em razão de estar descontando sua pena em estabelecimento prisional inadequado ao regime semiaberto.

Para a defesa, o recorrente,

“ante a falta de vaga em estabelecimento prisional compatível com o regime *semiaberto*, por deficiência do sistema penitenciário do *Estado de Santa Catarina*, aguarda o cumprimento da pena em regime e em condições *mais severas*, porquanto ainda custodiado na *Penitenciária de Joinville*, estabelecimento destinado a *presos provisórios*”.

Em sua visão, o apenado

“apenas está separado dos demais segregados por conta do regime de pena imposto; não obstante, segue uma rotina própria de encarcerados em regime fechado, com direito a acesso ao *pátio de sol* em horários determinados, sendo recolhido após as 18 horas”.

**RHC 146317 / SC**

Argumenta-se, ainda, que,

“em verdade, adaptou-se um presídio estadual, próprio para presos provisórios, para também acolher egressos ao regime semiaberto, mantendo, com alguma exceção, o tratamento e as condições em regime de isolamento.

Logo, não se observa para a espécie a harmonização equivalente ao regime semiaberto, mas uma mera adaptação à brasileira do sistema de progressão de regime, deferindo ao regime semiaberto uma nova roupagem, à revelia da legalidade de que trata os artigos 91 e 185 da Lei de Execução Penal”.

Por essas razões, sustenta a defesa

“que a falta de local adequado para o cumprimento de pena em regime *semiaberto* denota constrangimento ilegal, devendo ser resguardado o direito de cumprir o restante da pena em regime mais benéfico até a abertura de vaga.

O mesmo raciocínio é aplicável aos casos em que se revela patente a impossibilidade de atender-se às regras do regime prisional estipulado. Logo, não se pode admitir o cumprimento da reprimenda em condições mais grave, tampouco mais severas do que o estabelecido para o próprio regime, mesmo que a título de *harmonização*”.

Requer a defesa o provimento do recurso para que sejam reformados

“os acórdãos proferidos para que seja reconhecido o constrangimento ilegal e concedida a ordem de habeas corpus, com o fim de assegurar ao paciente a saída antecipada em regime semiaberto em prisão domiciliar, resgatando-se a autoridade da decisão prolatada pelo Juízo da 3ª. Vara Criminal da Comarca de Joinville, SC (Autos nº 0001044-02.2015.8.24.0126)”.

Com contrarrazões, o recurso manejado foi encaminhado a esta

**RHC 146317 / SC**

Suprema Corte.

O Ministério Público Federal, pelo parecer da Subprocuradora-Geral da República **Cláudia Sampaio Marques**, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Conforme relatado, volta-se este recurso contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do HC nº 386.564/SC, Relator o Ministro **Ribeiro Dantas**.

Da petição recursal, colhe-se a seguinte narrativa a respeito dos fatos:

“Nos autos do processo de execução penal nº 0001044-02.2015.8.24.0126, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina interpôs agravo em execução da decisão do Juízo da 3ª Vara Criminal de Joinville-SC que deferiu a *prisão domiciliar* ao paciente em razão da incidência da Súmula Vinculante nº 56 do STF.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por sua Primeira Câmara Criminal, deu provimento ao recurso, conforme a seguinte ementa:

*EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO QUE DEFERIU A PROGRESSÃO DO APENADO AO REGIME SEMIABERTO, AUTORIZOU A SAÍDA ANTECIPADA NA FORMA DE PRISÃO DOMICILIAR. NÃO OCORRÊNCIA DE NENHUMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE QUE CONTÉM ESPAÇO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AOS PRESOS EM REGIME SEMIABERTO, ENQUADRANDO-SE NO CONCEITO DE ESTABELECIMENTO PENAL SIMILAR. BENEFÍCIOS INERENTES AO REGIME SEMIABERTO ASSEGURADOS AO APENADO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA*

**RHC 146317 / SC**

VINCULANTE N. 56. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

*Inviável a concessão de regime aberto ou prisão domiciliar quando constatado que os direitos inerentes ao resgate da reprimenda no regime semiaberto estão devidamente assegurados ao apenado, não se verificando, por ora, qualquer ilegalidade na sua permanência em estabelecimento prisional diverso daqueles destinados exclusivamente ao resgate da reprimenda no regime semiaberto (quais sejam, colônia agrícola ou industrial). Ademais, a Súmula Vinculante n. 56 não permitiu progressão automática de regime ao apenado a quem fora imposto o cumprimento da reprimenda em semiaberto, mormente quando se constata a observância das regras inerentes ao mencionado regime' (TJSC, Agravo de Execução Penal n. 0017582-94.2016.8.24.0038, de Joinville, rel. Des. Paulo Roberto Sartorato, j. 13-12-2016).*

A defesa impetrou *habeas corpus* ao Superior Tribunal de Justiça, com pedido de liminar, ao entendimento de que obrou em manifesta ilegalidade o Tribunal de origem, porquanto não chancelou o direito do Paciente ao cumprimento da pena a ele efetivamente aplicada em estabelecimento adequado ao *regime semiaberto*.

O pedido de liminar foi indeferido.

Conclusos para julgamento, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu do *writ* (...)” (fls. 308/309 – grifos do autor).

Transcrevo a ementa do acórdão recorrido:

“HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO CRIMINAL. REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO. APENADO CUMPRINDO PENA EM ESTABELECIMENTO SIMILAR. POSSIBILIDADE. GARANTIDOS OS DIREITOS INERENTES AO REGIME. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram

**RHC 146317 / SC**

orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O Supremo Tribunal Federal, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, entende que ‘a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS’.

3. Os parâmetros mencionados na citada súmula são: a) a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso; b) os Juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para verificar se são adequados a tais regimes, sendo aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como colônia agrícola, industrial (regime semiaberto), casa de albergado ou estabelecimento adequado – regime aberto – (art. 33, § 1º, alíneas ‘b’ e ‘c’); c) no caso de haver déficit de vagas, deverão determinar: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao preso que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto; e d) até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.

4. No caso, o Tribunal de origem entendeu que não há razões suficientes para a excepcional colocação do reeducando em prisão domiciliar, pois, o paciente cumpre pena em espaço destinado exclusivamente aos presos em regime semiaberto, enquadrando-se no conceito de estabelecimento penal similar, em unidade prisional que é referência em razão de trabalhos exemplares prestados aos reeducandos, não restando dúvidas de que o local em que se encontra encarcerado garante-lhe as particularidades inerentes ao regime intermediário.



**RHC 146317 / SC**

5. Dessa forma, inviável a concessão de regime aberto ou prisão domiciliar quando constatado que os direitos inerentes ao resgate da reprimenda no regime semiaberto estão devidamente assegurados ao apenado. Precedentes.

6. *Habeas corpus* não conhecido” (fls. 294/295).

De início, ressalto que, embora o Superior Tribunal de Justiça tenha deixado de conhecer daquele **habeas corpus** sob a premissa de ser ele substitutivo de recurso legalmente previsto, a temática de mérito veio a ser examinada sob o enfoque de eventual concessão de ordem de ofício, razão pela qual é possível seu reexame no presente recurso ordinário, sem se caracterizar supressão de instância.

Fixada essa premissa, anoto que o recurso não merece prosperar.

Consoante destacou o Ministro **Ribeiro Dantas** no voto condutor do acórdão, o recorrente

“cumpre pena em espaço destinado exclusivamente aos presos em regime semiaberto, **enquadrando-se no conceito de estabelecimento penal similar**, em unidade prisional que é referência em razão de trabalhos exemplares prestados aos reeducandos, não restando dúvidas de que o local em que se encontra encarcerado garante-lhe as particularidades inerentes ao regime intermediário (e-STJ, fls. 209-221).

Dessa forma, inviável a concessão de regime aberto ou prisão domiciliar quando constatado que os direitos inerentes ao resgate da reprimenda no regime semiaberto estão devidamente assegurados ao apenado” (fl. 300 – grifos nossos).

Do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, extraem-se as seguintes informações a respeito da situação prisional do recorrente:

“[N]ão há razões suficientes para a excepcional colocação do reeducando em prisão domiciliar, conforme as recomendações do aludido julgado da Suprema Corte, visto

**RHC 146317 / SC**

que a Penitenciária Industrial de Joinville contém espaço destinado exclusivamente aos presos em regime semiaberto, **enquadrando-se no conceito de estabelecimento penal similar.**

**Segundo se depreende do relatório da Penitenciária Industrial de Joinville acostado às fls. 46/89 a unidade é referência em razão de trabalhos exemplares prestados aos reeducandos, visando a efetiva reinserção gradual ao convívio em sociedade, haja vista o resgate da pena em conformidade com os ditames da Lei de Execução Penal.**

Não há dúvidas de que o local em que se encontra encarcerado o agravado garante-lhe as particularidades inerentes ao regime semiaberto - **possibilidade de trabalho externo, saídas temporárias e qualificação profissional, além de estrutura diferenciada** -, não se mostrando prudente a concessão de prisão domiciliar, medida que deve ser adotada em última instância.

Dito isso, é de rigor a manutenção do reeducando no estabelecimento prisional em que se encontra” (fl. 218 – grifos nossos).

Esse entendimento não afronta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o RE nº 641.320/RS, assentou que seriam

“aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como ‘colônia agrícola, industrial’ (regime semiaberto) ou ‘casa de albergado ou estabelecimento adequado’ (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas ‘b’ e ‘c’). **No entanto, não deverá haver alojamento conjunto de presos dos regimes semiaberto e aberto com presos do regime fechado**” (Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 1º/8/16 – grifos nossos).

Ao apresentar o voto condutor do acórdão no caso paradigma, bem destacou Sua Excelência, o Relator que,

**“[d]e qualquer forma, não descarto a possibilidade de cumprimento das penas do regime semiaberto em**

**RHC 146317 / SC**

**estabelecimento que não se caracteriza como colônia de trabalho. A própria lei prevê a possibilidade de utilização de estabelecimento ‘similar’. Já a oferta de trabalho pode ser suprida por iniciativas internas e externas, notadamente mediante convênios com empresas e órgãos públicos.**

O próprio Supremo Tribunal Federal conta com apenados que realizavam importante trabalho. Em meu gabinete, são cinco sentenciados, que prestam ótimos serviços a este Tribunal, vinculados ao Programa Começar de Novo.

O trabalho externo vem, em alguma medida, como um benefício adicional ao preso do regime semiaberto, já que a legislação é restritiva quanto a esse ponto – art. 37 da Lei 7.210/84.

O que é fundamental, de toda forma, é que o preso tenha a oportunidade de trabalhar. O trabalho é, simultaneamente, um dever e um direito do preso – art. 39, V, e art. 41, II, da Lei 7.210/84” (grifos nossos).

Portanto, a notícia de que o recorrente está recolhido em espaço destinado exclusivamente aos presos do regime semiaberto, bem como de que as garantias inerentes a esse regime estão sendo asseguradas a ele, que goza de oferta de trabalho e saídas temporárias, afasta qualquer descompasso com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 641.320/RS.

No mesmo sentido foram as conclusões da Procuradoria-Geral da República. Transcrevo do parecer:

“5. Ao contrário do que alega o recorrente, os fundamentos adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo e. STJ estão, na verdade, em consonância com os parâmetros apontados por essa Corte Suprema no julgamento do RE nº 641.320, ao afirmarem que, não obstante a ausência de vaga em estabelecimento próprio, o reeducando está custodiado em ‘estabelecimento similar’, com as devidas adequações aos requisitos do regime semiaberto, inclusive em ala diferenciada e com ‘possibilidade de trabalho externo, saídas

**RHC 146317 / SC**

*temporárias e qualificação profissional'* (fl. 278).

6. Não é possível vislumbrar, nesse contexto, constrangimento ilegal a ser afastado" (grifos da autora).

Anoto por fim, que para se chegar a conclusão diversa daquela das instâncias ordinárias, necessário seria o reexame de fatos e provas, o que o **habeas corpus** não comporta. Confira-se:

"É cediço que o **habeas corpus** não é o meio processual adequado para o reexame de questões fáticas, consoante pacífica jurisprudência desta Corte" (HC nº 112.365/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 17/4/13).

No mesmo sentido o RHC nº 145.422/SC, de **mintá relatoria**, DJe de 27/6/17.

Conclui-se, portanto, que o acórdão emanado do Superior Tribunal de Justiça não evidencia ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia que necessite de reparo pela via do recurso ordinário, razão jurídica pela qual a ele **nego** provimento.

Considerando a divergência aparente quanto ao entendimento do juízo da execução de origem e o do Tribunal de Justiça de Santa Catarina a respeito da adequação do estabelecimento prisional em que se encontra o paciente ao regime semiaberto, é pertinente, conforme sugerido pelo Ministro **Gilmar Mendes**, que se oficie ao Conselho Nacional de Justiça, com a remessa de cópia dos autos e deste julgado, para que se adotem as providências necessárias para se verificar se o espaço destinado aos presos daquele regime na Penitenciária Industrial de Joinville/SC atende ao que ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 641.320/RS.

É como voto.

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhor Presidente, cumprimento o nobre defensor público, bem como o Relator pelo voto que profere.

Essas questões relativas ao regime semiaberto, no Estado de Santa Catarina, são recorrentes nesta Segunda Turma. Eu mesmo examinei vários *habeas corpus* e baseado em informações que recebi do Juízo de primeiro grau, na verdade, quase todas são unânimes em afirmar que, embora não haja estabelecimentos apropriados, em número necessário, para o cumprimento das penas em regime semiaberto, existem estabelecimentos que, como nesse caso, mantêm áreas destinadas exclusivamente a esse tipo de detentos, os quais têm esse benefício, e, mais ainda, propiciam a oportunidade de trabalho, de aprendizado e também saídas temporárias. E, parece-me, como disse o Ministro Toffoli, esse é o caso dos autos.

Temos que nos fiar no relatório que foi ofertado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e que foi incorporado no voto do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, ora atacado.

Não podemos revolver fatos e provas, para dizer que esse não é um estabelecimento apropriado para o cumprimento da pena em regime semiaberto, diante daquilo que se contém nos autos do *habeas corpus*, o qual é um instrumento de cognição muito restrita.

Portanto, acompanho o Relator, com a devida vênua do defensor público, até porque, pela minha experiência pessoal no exame de outros *habeas corpus* em situações análogas, tenho indeferido a ordem exatamente porque entendo que, dentro das circunstâncias, é aquilo que o Estado de Santa Catarina pode oferecer, não digo de melhor, mas pelo menos de apropriado para a situação sob exame.

Acompanho o Relator, negando provimento ao recurso.

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, também vou acompanhar o eminente Relator, mas sei que há essa perplexidade em torno desse tema e sei também, até por notícias da Ministra Cármen e da Conselheira Maria Tereza, que estão avançados os estudos do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de se fazer aquele cadastramento que nós mesmos sugerimos no Plenário, tanto naquela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental sobre a situação do sistema como naquele Recurso Extraordinário do sistema prisional, envolvendo sistema semiaberto, de minha relatoria. De modo que até dizer para o Ministro Toffoli, talvez tenhamos que revisar até mesmo a reflexão que fazemos hoje, quanto ao *habeas corpus*.

O fato é que um processo que chega à Suprema Corte, ainda que entendamos que ele tem um perfil subjetivo e muito estrito, acaba se objetivando. No fundo, estamos decidindo não só o caso, mas o tema.

De modo que eu proporia – parece pouco ortodoxo – que comunicássemos essa decisão ao CNJ, para que ele inclusive nos informasse sobre a avaliação que faz desta situação em Santa Catarina e tomasse as providências cabíveis, se for o caso. Com isso, estaríamos atendendo, em parte, na verdade, o pleito formulado pelo diligente defensor público da União e receberíamos informações que talvez pudessem balizar próximos *habeas corpus* que viéssemos a julgar.

Não sei se o Relator teria objeção.

22/08/2017

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**ADITAMENTO AO VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Penso que manteria o dispositivo, no sentido de negativa de provimento ao recurso. Mas, diante da controvérsia apresentada nos autos, que envolve matéria fático-probatória sobre a adequação ou não daquele estabelecimento para o cumprimento do regime semiaberto, que o Conselho Nacional de Justiça tome ciência desta divergência de posições e faça a devida verificação. Eu atenderia e aditaria meu voto com isso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – E mande informações a Vossa Excelência, que comunicará à Corte, ao Colegiado.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Sim.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) - Perfeitamente, perfeitamente.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Mas sem alterar o ...

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) - Vossa Excelência está acolhendo, portanto, a sugestão do Ministro Gilmar?

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Sim, vou fazer um adendo.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Poderíamos até avançar um pouco mais e talvez determinar à Corregedoria do CNJ que fizesse uma inspeção extraordinária no local, para apurar se realmente o sistema...

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Talvez já haja algum elemento.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É, porque estão fazendo esse levantamento, segundo as notícias.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

**RHC 146317 / SC**

Talvez já haja, não é?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É.

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) -**  
Podemos, quem sabe, dar o primeiro passo. E, eventualmente, diante das informações, quiçá, caiba a determinação que o Ministro Ricardo Lewandowski está sugerindo. Mas penso que poderíamos dar, agora, este primeiro passo.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Sim, esse primeiro passo.



**22/08/2017**

**SEGUNDA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Acompanho, integralmente, Senhor Presidente, o douto voto proferido pelo eminente Ministro Relator.**

**É o meu voto.**

**22/08/2017**

**SEGUNDA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) -**  
Também acompanho integralmente o voto do Ministro Dias Toffoli, com a acolhida, creio eu, que o eminente Ministro-Relator faz da sugestão manifestada pelo Ministro Gilmar Mendes, sem embargo de, na hipótese, manter o não provimento do recurso ordinário.

**22/08/2017**

**SEGUNDA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317 SANTA CATARINA**

**ESCLARECIMENTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Não obstante o não provimento, a Turma decide oficial ao Conselho Nacional de Justiça, para verificar se o Complexo Penitenciário Industrial de Santa Catarina atende aos requisitos para o cumprimento do regime semiaberto.

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) -** Perfeitamente. A secretaria providenciará o expediente, e esta Presidência fará a respectiva comunicação.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 146.317**

PROCED. : SANTA CATARINA

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

RECTE.(S) : MAICON GOMES DOS SANTOS

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso ordinário e determinou o envio de ofício ao Conselho Nacional de Justiça para verificar se o Complexo Penitenciário Industrial de Santa Catarina atende aos requisitos para o cumprimento do regime semiaberto, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo recorrente, o Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Defensor Público Federal. Presidência do Ministro Edson Fachin. **2ª Turma**, 22.8.2017.

Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ravena Siqueira  
Secretária